

1. Por que atingidos pelo desastre de Mariana deveriam recorrer à Justiça do Reino Unido para buscar uma reparação, e não a do Brasil?

A ação contra a BHP foi aberta em 2018, depois que milhares de pessoas deixaram de acreditar que as mineradoras responsáveis pela tragédia forneceriam uma reparação completa e justa no Brasil e decidiram procurar justiça na Inglaterra. O julgamento em Londres, que teve início em 21 de outubro deste ano, representa um marco para as vítimas do desastre de Mariana. Após nove anos, é a única via ainda possível para responsabilizar formalmente a BHP, uma empresa anglo-australiana, pelo rompimento da Barragem de Fundão.

A ação tramita na Justiça da Inglaterra porque a BHP – que, juntamente com a Vale, é controladora da Samarco – estava listada na bolsa de valores de Londres quando o rompimento da barragem ocorreu. A validade da jurisdição foi confirmada de forma definitiva pela Corte Inglesa em 2022 e é uma questão superada.

Um diferencial importante da ação inglesa é que, ao longo dos últimos 6 anos, nós consultamos nossos clientes sobre suas perdas e danos individualmente. Este processo incluiu o uso de questionários detalhados de autodeclaração de perdas, análises de evidências documentais e reuniões presenciais com os atingidos.

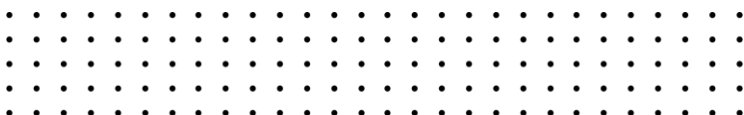
Já na repactuação oferecida Brasil, não houve participação dos atingidos e nossos clientes não fizeram parte das negociações, que ocorreram de forma confidencial. Sem participação social e sem quantificação individualizada dos danos, o resultado é que um mesmo valor está sendo oferecido a pessoas que tiveram danos completamente diferentes. Assim, é possível afirmar que a grande maioria dos atingidos tem maiores chances de receber uma indenização integral por meio da Ação Inglesa do que pelos programas da Repactuação.

2. Como o Pogust Goodhead enxerga os argumentos de que a ação no Reino Unido fere a soberania brasileira?

A existência de uma ação internacional não obstrui ou interfere nos processos que correm no Brasil, mas se soma aos esforços globais de busca por responsabilização das empresas poluidoras e por justa compensação aos atingidos. A ação inglesa, inclusive, exerceu uma pressão decisiva sobre as mineradoras para que elas finalmente oferecessem acordos no âmbito da repactuação no Brasil.

Não há qualquer ataque à soberania brasileira, pelo contrário. Embora o processo seja julgado na corte inglesa, a base legal é o direito brasileiro, amparada na legislação ambiental e civil brasileira, que está entre as mais avançadas do mundo.

O que este caso permite é justamente a exportação do direito brasileiro, garantindo justiça às vítimas e estabelecendo um precedente global, para que grandes corporações respondam pelos



seus crimes nos seus domicílios e sejam devidamente responsabilizadas para que tragédias como a de Mariana ou Brumadinho não ocorram mais.

3. O Pogust Goodhead vê outros interesses que não os estritamente relacionais à soberania nacional na tentativa de desacreditar a ação movida pelos afetados no Reino Unido? Se sim, quais? Da parte de quem?

Com certeza. Foi a BHP, uma mineradora anglo-australiana, que financiou o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) em até R\$ 6 milhões para entrar com uma ação paralela no Supremo Tribunal Federal (STF), a ADPF 1178, com o objetivo de impedir os municípios de participarem do processo na Inglaterra. Esse acordo entre BHP e IBRAM está documentado em uma ata de reunião do próprio instituto, que foi revelada à corte da Inglaterra. Em julho, a justiça de Londres determinou que a BHP parasse de financiar essa ação no STF, sob pena de prisão, multa e apreensão de bens de executivos da mineradora em caso de descumprimento.

Quando o IBRAM alega agir em nome da soberania brasileira, está fazendo exatamente o oposto: trabalha na proteção de interesses de uma empresa privada estrangeira que causou o maior crime ambiental da história brasileira e visa limitar o direito dos municípios brasileiros de buscar justiça no domicílio do réu.

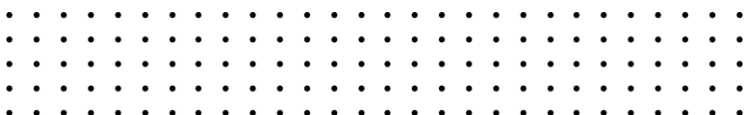
4. O Pogust Goodhead vê algum esforço/campanha contra a ação no Reino Unido? Se sim, como ela é feita? Quem estaria por trás dela?

Ao longo de 2024, à medida que o julgamento do caso em Londres se aproximava, ficou evidente que a BHP preferiu lançar uma série de ofensivas para tentar dificultar o andamento do processo em vez de buscar um acordo ouvindo as vítimas.

O Pogust Goodhead tornou-se alvo de um esquema orquestrado internacional de *lawfare*. A abertura da ADPF 1178 no STF é um dos exemplos, assim como a distribuição de desinformação aos nossos clientes, postagens apócrifas e manipulação da mídia para atacar a honra do escritório e dos nossos advogados, bem como a realização de eventos baseados em informações enviesadas ou francamente falsas sobre o processo.

5. Como o Pogust Goodhead atua para defender seus pontos na opinião pública? Quanto gasta com isso? Especificamente, quanto gastos com publicações e ações no Jota?

O Pogust Goodhead atua em casos de violação de direitos humanos e impactos ambientais de grande repercussão que, portanto, chamam a atenção da opinião pública. Trabalhamos por uma comunicação ampla e transparente com o objetivo de informar não apenas nossos clientes, mas também advogados, juristas, acadêmicos e formadores de opinião que têm demonstrado grande interesse em conhecer mais sobre nossos casos e a forma como tornamos possível vítimas processarem grandes corporações em tribunais internacionais.



O Jota, exemplo citado, é um veículo de comunicação do qual somos assinantes e que com o qual organizamos um seminário em Brasília para discutir o caso Mariana, com presença de clientes - como indígenas Krenak, quilombolas e moradores de Bento Rodrigues -, advogados e acadêmicos.

6. O Pogust Goodhead demanda reparação de cerca R\$ 230 bilhões aos atingidos, correto? Quanto disso ficaria com o escritório?

No caso de Mariana, o escritório atua há seis anos em um modelo de 'no win, no fee'. Ou seja, os clientes só serão cobrados em caso de vitória. A média dos honorários é de 22,5% do valor da indenização, um percentual dentro da média de mercado, considerando que, neste modelo, o escritório arca com todos os altos custos do processo até sua conclusão. Esse percentual é um número máximo e varia de acordo com a categoria de cliente - com exceção dos indígenas e quilombolas, que são atendidos pelo Pogust Goodhead de forma *pro bono*. Se o julgamento for desfavorável às vítimas, o escritório assume todos os custos.

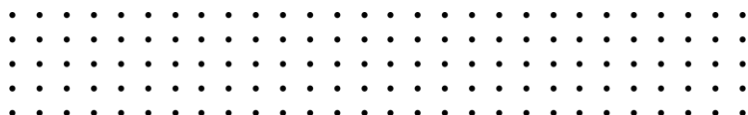
Quanto ao valor total dos honorários, qualquer estimativa seria prematura, pois depende do resultado do processo, dos valores que a justiça determinar para reparação e das negociações sobre o pagamento de honorários pelos réus - que podem, inclusive, ocorrer em separado para que as vítimas recebam o valor integral das indenizações.

7. Como o Pogust Goodhead responde às críticas daqueles que dizem que o escritório quer lucrar com a tragédia brasileira ao levar o caso para o Reino Unido?

É importante destacar que a única razão de existir um escritório inglês defendendo vítimas brasileiras em um tribunal da Inglaterra é porque uma mineradora anglo-australiana é dona da empresa que despejou mais de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração na natureza.

O Pogust Goodhead, portanto, atua para garantir às vítimas desse crime o direito de buscar justiça em jurisdições estrangeiras, um princípio internacionalmente reconhecido. A necessidade dessa ação ficou mais do que evidente após o início do julgamento em Londres, que está em andamento e tem revelado, dia após dia, com farta documentação, como a completa negligência das empresas envolvidas culminou nessa tragédia. Trata-se, portanto, de uma oportunidade de condenar a BHP na esfera civil de forma inédita e mostrar ao mundo como a irresponsabilidade corporativa custa vidas, causa danos irreparáveis ao meio ambiente e deve ser devidamente punida.

O julgamento do Caso Mariana pode criar um importante precedente internacional na busca por justiça aos atingidos, além de mandar um recado para multinacionais que cometem más-práticas ao redor do mundo: ficou para trás o tempo em que era possível se esconder atrás de intrincadas estruturas corporativas para evitar a devida responsabilização.



8. O Pogust Goodhead foi acionado na OAB por suposta prática antiética por advogados brasileiros. O que tem a dizer sobre isso?

O Pogust Goodhead não foi notificado pela OAB a esse respeito. Agimos de forma transparente e dentro da legalidade, por isso, se necessário, estamos preparados para responder eventuais questionamentos.

